

# Procuradoria veta usina em terra indígena

Cinco projetos hidrelétricos estão parados porque o Ministério Público avalia que índios não estão sendo ouvidos

**Segundo procurador, no licenciamento, o Ibama tem ignorado as informações dadas por comunidades afetadas**

**MACHADO DA COSTA**  
DE SÃO PAULO

A construção de usinas hidrelétricas no Centro-Oeste e no Norte está ameaçada devido ao empenho do Ministério Público Federal em defender comunidades indígenas que habitam a região.

Ao menos cinco empreendimentos, sendo que dois deles são de grande porte, estão parados por causa de liminares obtidas pelo MPF que barraram as obras das usinas.

O argumento do MPF é que as comunidades indígenas e tradicionais (tribos que não são classificadas como indígenas) não estão sendo ouvidas apropriadamente durante os processos de licenciamento ambiental.

As licenças ambientais são emitidas pelo Ibama, com a anuência da Funai.

No Pará, são duas grandes hidrelétricas paradas: São

Manoel, no rio Teles Pires, e São Luiz, no rio Tapajós.

Depois de prontas, as duas usinas, juntas, teriam capacidade de geração próxima à do complexo do rio Madeira (RO), Santo Antônio e Jirau.

No Mato Grosso do Sul, três pequenas centrais hidrelétricas, todas na bacia do rio Amambai, estão embargadas.

Luis de Camões Boaventura, procurador que barrou as obras no Pará, diz que os índios estão sendo ouvidos por mera formalidade e que as informações prestadas são não levadas em consideração nos processos de licenciamento.

“Esses procedimentos seguem decisões políticas. Não há uma consulta livre, informada previamente, como parte de um estudo de viabilidade”, afirma.

A participação dos índios nos processos de licenciamento é prevista pela Constituição Federal e pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

O ruído acontece porque essa consulta não é regulamentada. “Existe um solo fértil para interpretações, que não interessa nem aos em-

preendimentos, nem aos índios”, diz Cláudio Sales, do Instituto Acende Brasil.

Segundo levantamento feito pelo instituto, existem sete projetos hidrelétricos a serem feitos no Brasil até 2021 — cerca de 82% da geração hidrelétrica prevista para entrar em operação — que interferem em terras consideradas tradicionalmente indígenas.

O embate deve ter reflexo no Congresso Nacional.

A proposta de emenda à Constituição 215/00, chamada de PEC do Índio, pode dar mais poder às comunidades.

Caso o projeto passe no Legislativo, a demarcação de terras indígenas passará a ser feita pelo Senado Federal. O intuito é agilizar o processo, que hoje depende do Ministério da Justiça.

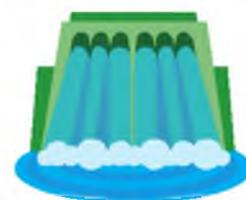
O temor das empreiteiras é que, em terras demarcadas, as comunidades indígenas podem vetar a construção de usinas na região.

O deputado Osmar Serraoglio (PMDB-PR), relator da PEC, diz que sua proposta será apresentada em outubro às comissões da Câmara e do Senado, mas que a votação só deve acontecer em 2015.

## ÍNDIOS X HIDRELÉTRICAS

Construção de usinas pode parar por afetar indígenas

Terra indígena Usina hidrelétrica



**7 usinas com**  
16.089 MW de potência  
devem ser construídas  
em terras indígenas

o que equivale a

**82% da capacidade**  
hidrelétrica prevista  
para entrar em  
operação até 2021

## AGU atua na defensoria das hidrelétricas

DE SÃO PAULO

A Advocacia Geral da União (AGU) entrou no embate entre as empreiteiras e o Ministério Público Federal para defender o Ibama e, por consequência, a construção das usinas.

Segundo o órgão, o Ibama, com a Funai, tem garantido a ampla participação das comunidades indígenas em processos de licenciamento ambiental.

A Funai, no entanto, faz um alerta: os cronogramas dos projetos não estão levando em consideração o tempo necessário para que cada comunidade indígena possa se manifestar em relação às usinas.

“Existe uma aceleração de procedimentos que pode levar ao entendimento de que direitos das populações não estão sendo respeitados”, disse em nota.

### 1 HIDRELÉTRICAS PARADAS

**1 SÃO MANOEL**  
ONDE rio Teles Pires (PA/MT)  
CAPACIDADE

**2 SÃO LUIZ DO TAPAJÓS**  
ONDE rio Tapajós (PA)  
CAPACIDADE  
6.133 MW

### 2 PROJÉTOS QUE PODEM SER AFETADOS

**3 ÁGUA LIMPA**  
ONDE rio das Mortes (MT)  
CAPACIDADE  
380 MW

**4 BEM QUERER**  
ONDE rio Branco (AM)  
CAPACIDADE  
709 MW

**5 SÃO SIMÃO DO ALTO**  
ONDE rio Juruena (AM/MT)  
CAPACIDADE  
3.509 MW

**6 MARABÁ**  
ONDE rio Tocantins (PA)  
CAPACIDADE  
2.160 MW

**7 SALTO AUGUSTO BAIXO**  
ONDE rio Juruena (AM/MT)  
CAPACIDADE  
1.461 MW

Fonte: Instituto Acende Brasil

Prazo fev. 2017

Prazo dez. 2018

Prazo jan. 2020

Prazo jul. 2020

Prazo jan. 2021

Prazo fev. 2021

Prazo abr. 2021